



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Educação e política social.

**GESTÃO EDUCACIONAL E “PROGRAMA FORMAR”:
CONCEPÇÕES E AÇÕES**

Viviane Cardoso da Silva¹
José Claudinei Lombardi²

Resumo

A gestão educacional brasileira está marcada por concepções que se modificaram ao longo da história e nesse texto compreendemos tais concepções que permeiam a formação de gestores no “Programa Formar”, da Fundação Lemann na atualidade. A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico de pesquisas desenvolvidas sobre o tema e análise de dados do “Programa Formar” ainda em andamento no doutoramento em educação. Como resultado, apontamos a relação entre a gestão educacional e administração empresarial: gerencialismo, metas e resultados, competências, como desdobramento da política econômica adota no país que vai na contramão em pensar a coletividade, participação e formação integral a partir de políticas educacionais progressistas.

Palavras-chave: Gestão Educacional; História da Educação; Empresários na Educação; Política Educacional; Gerencialismo.

Educational Management and "Training Program": conceptions and actions

Abstract

The Brazilian educational management is marked by conceptions that have changed throughout history and in this text we understand such conceptions that permeate the formation of managers in the "Program Formar", of the Lemann Foundation at the present time. The methodology used was the bibliographic study of researches developed on the subject and analysis of data of the "Formar Program" still in progress in the doctorate in education. As a result, we point out the relationship between educational management and business administration: managerialism, goals and results, competencies, as unfolding of economic policy adopts in the country that goes against collective thinking, participation and integral formation from progressive educational policies.

Keywords: Educational management; History of Education; Entrepreneurs in Education; Educational politics; managerialism.

1- Introdução

Estudar o tema gestão educacional parece algo esgotado, devido a inúmeras pesquisas realizadas no campo do Estado, das Políticas Educacionais, do Trabalho, da História da Educação ou da própria gestão/administração escolar. No entanto, é

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em “História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/ GT UNICAMP). E-mail: <viviansylva@yahoo.com.br>.

² Doutor em Educação, Professor Titular do Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE/FE/UNICAMP), líder do HISTEDBR Nacional. E-mail: <zezo@unicamp.br>.

importante a constante revisitação aos estudos já concebidos para compreender o movimento de determinadas ações promovidas pelo Estado, pelos empresários ou até mesmo pelos organismos internacionais na atualidade.

Para compreender a importância desse artigo na realidade é válido citar Lombardi (2006, p. 11-12) que chama atenção para os bombardeios de informações, as quais tornam temas candentes à educação brasileira tratadas como senso comum, sem devida acuidade epistemológica e movimento histórico de onde se fala. Para isso, o pesquisador cita pelo menos três tipos de visões acerca da forma que se observa ou não a realidade: visão a-histórica (como se a escola/educação não estivesse num movimento histórico e por isso permanece estanque desde a sua criação; como se o passado não importasse na compreensão do presente ou do futuro); perspectiva anacrônica (com foco na memória e no discurso, entende que no passado a escola/educação fosse sempre melhor que hoje, sem considerar as transformações da sociedade); e a terceira é a visão idealizada (como se a escola/educação fosse expressão do ideal numa sociedade ideal, dando lugar à estória como fato social, como por exemplo: a culpabilização da precariedade ou mazelas sociais de forma que está fosse fruto da fé, divindade, castigo, milagres).

No nosso dessa pesquisa, não falamos de nenhuma das visões apontadas acima, trata-se de estudo científico e crítico do campo da História da Educação, cuja linha de pesquisa se reporta às investigações da trajetória das políticas educacionais brasileiras. É nesse campo que temos traçado os estudos de doutoramento sobre as concepções de gestão educacional no país, dos anos 1980 para cá, observando a atuação da Fundação Lemann com o “Projeto Formar”, inicialmente denominado de “Gestão para a aprendizagem”, iniciado em 2013 e promovido por uma empresa educacional ligada a mesma Fundação, denominada de Elos Educacional, através de uma parceria com algumas redes municipais e estaduais de educação, para a formação dos quadros de gestores municipais e sua equipe, assim como as gestoras escolares.

Nesse sentido, o nosso objetivo é compreender as concepções históricas que permeiam a gestão educacional, presentes na formação de gestores públicos pela Fundação Lemann, em especial no “Projeto Formar”, para isso faremos uma explanação ao longo da História desde a Ditadura Civil-Militar, a partir do Governo Médiçi, no qual passa a traçar um plano para a educação cultura, o qual é ratificado e ampliado pelos Governos Geisel e Figueiredo, assim como as ações, demandas e políticas construídas com a “Nova República” (Pós-Ditadura) a partir da compreensão da relação gestão

educacional e administração empresarial. Esse cenário será construído para se compreender o “Programa Formar”, como atual empresarial nos sistemas públicos de ensino parceiros. Por fim, faremos algumas considerações preliminares sobre os estudos feitos até o presente momento.

2- Concepções de gestão na atualidade brasileira e a atuação da Fundação Lemann no “Programa Formar”.

Ao longo da história, observamos a educação sendo forjada de acordo com os norteamentos e postura que o Estado assume em relação as políticas educacionais, ligadas a outros fatores relevantes tais como o desenvolvimento econômico, político, cultural e social, apresentadas como força-tarefa que devem ser absorvidas pela sociedade.

Com a gestão educacional ocorreu o mesmo, a partir de mudanças de organização da sociedade desde a Ditadura Civil-Militar e após período de redemocratização do Brasil, também conhecido como a “Nova República”, apoiada no desejo “democratização” da escola pela sociedade civil e pelos movimentos educacionais, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e pesquisadores, como Paro (1995, 2011), Lombardi (2006), Minto (2006), Rosar (2012), dentre outros, passaram a problematizar as contradições entre a necessidade de participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão da escola, analisando a administração escolar no movimento da história e do desenvolvimento do modo de produção capitalista no país, de modo que passasse a ter a sua concepção ampliada, trazendo novos desafios na composição da cultura e organização educacional numa perspectiva de gestão e controle social sobre o Estado.

Rosar (2012), considerada umas das pesquisadoras pioneiras no estudo da administração escolar no Brasil na perspectiva crítica e histórica como nos aponta Saviani (2012), realizou um estudo sistematizado sobre a “burocratização do sistema escolar” e o “modelo gerencial de administração”, analisados no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Para a pesquisadora, após uma análise sobre o Estado liberal a partir de Marx, Gramsci, Poulantzas, dentre outros teóricos e sobre os Governos militares no Brasil, diz que “As manifestações históricas da burocracia como forma de organização antecedem ao modo de produção capitalista.” (ROSAR, 2012, p. 157), porém é no modo capitalista que a linha tênue entre Estado e organização empresarial passa a avançar, considerando que “[...] não existe uma distinção entre burocracia pública e burocracia privada. [...] elas

existem, distintamente [...], porém resultam de um único processo que é a formação social capitalista. [...] ‘o fenômeno burocrático é [...] político’ [...].” (Ibid, p. 157-158).

Segundo Rosar, ainda no Governo Médici, quando construiu o “Plano Setorial de Educação e Cultura” (1972-1974), no Projeto 16 do mesmo tratava da “Integração Escola-Empresa-Governo, cujo objetivo é ajustar o ensino superior e ensino médio às necessidades do mercado de trabalho, motivando as empresas a participarem mais diretamente do processo educacional.” (MEC apud ROSAR, 2012, p. 161), já apontava para integração da educação ao projeto de desenvolvimento e “modernização” do Estado, tomado como base para o Governo Geisel traçar o II Plano Setorial de Educação e Cultura - PSEC (1975-1979), cuja “[...] eficiência e produtividade” era vista como forma de se alcançar a expansão dos sistemas de ensino, porém com a identificação de “[...] conceitos de ‘neutralidade científica’ e de ‘administração como instrumento’, implícitos nessa argumentação.” como nos aponta Rosar (Ibidem, p. 168).

Após Geisel, no Governo Figueiredo deu-se continuidade aos planos anteriores na construção do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985), já prevendo uma possível transição de Governo em crise. Nesse plano, Rosar (2012) observa a tendência de atrelamento entre a “política social e descentralização administrativa”, compreendida no bojo da crise econômica que assolava o país e na necessidade de pensar os “direitos sociais”, o combate à pobreza (distribuição de renda) e as desigualdades sociais, prioritariamente às populações rurais e urbanas periféricas. Porém, esse plano gerou conflitos de interesses das elites (“classe iluminada”), embora o plano as favorecesse em termos de organização em detrimento da desorganização da massa populacional (“classe dominada”), absorvendo os “métodos da gestão empresarial ou gerencial” na “questão do *planejamento* e da *modernização técnico-administrativa*” (ROSAR, 2012, p. 177), caracterizada por aspectos “técnicos e apolíticos” e “[...] racionalização dos recursos públicos para investimento em setores privados e, também, funções políticas ligadas ao controle das forças sociais antagônicas, evitando a agudização da luta política entre as classes sociais.” (Ibid, p. 181).

Após longo período de Ditadura Civil-Militar (21 anos), um processo de redemocratização foi forjada pela elite dominante, envolvendo a massa populacional e as organizações sociais em torno do “Movimento Diretas Já”, o qual elegeu Tancredo Neves e José Sarney como presidentes (uma vez que o segundo era vice e assumiu após a morte do primeiro na véspera da posse) no processo de transição para o que se denomina como

“Nova república”, segundo Minto (2006) e demais pesquisadores que trataram historicamente desse tema.

Minto (2006) nos aponta que esse período foi marcado pela grave colapso da economia mundial, causada pelo descontrole do capital e aprofundamento das dívidas públicas, ocasionando a reorganização mundial do trabalho e desmantelamento dos Estados de Bem-Estar social nos países europeus no pós 2ª Guerra Mundial, cenário que respingou na profunda crise financeira e desgaste da Era Militar no Brasil, adotando ajustes fiscais de endividamento do país, “[...] política de estatização das dívidas, numa operação perversa em que as empresas estatais assumiam os encargos das empresas privadas, anulando a sua capacidade de investimento [...]” (MINTO, 2006, p. 144), medidas levadas a cabo pelos Governos que os sucederam na “Nova República”, gerando uma herança histórica de dívidas externas e juros altos (Ibid, p. 145).

Na leitura do pesquisador e de outros estudiosos, os anos 1980 foram anos de grandes contradições econômicas e sociais, mas também, tempos de reivindicações. No campo educacional, Minto (2006, p. 147) aponta que:

[...] a principal reivindicação era a de um aumento do controle público sobre o Estado, bem como a atenção a muitas das demandas sociais negligenciadas pela Ditadura. Dentre elas, merece destaque a gestão democrática da educação, tanto em seu conjunto, enquanto política educacional, como também na gestão das unidades de ensino nos diversos níveis.

Nesse contexto favorável, os debates sobre a gestão da educação se aprofundaram e fizeram ressurgir o tema da participação, que havia sido esquecido durante décadas por conta das concepções técnico-burocráticas de educação e de gestão da educação adotadas pelo Estado autoritário como políticas educacionais.

As bandeiras de luta alavancadas na década de 1980 pela sociedade civil e educacional se tornaram parte do cenário nacional, levadas para serem discutidas pelos constituintes por deputados ligados aos movimentos sociais e a partidos de esquerda, na elaboração da Constituição de 1988. Minto (2006, p. 148) sistematiza as bandeiras de luta desse período como:

- descentralização administrativa e pedagógica;
- gestão participativa na educação;
- eleições diretas (com voto secreto) para dirigentes de instituições de ensino;
- constituição de comissões municipais e estaduais de educação autônomas e amplamente compostas para acompanhamento e atuação nas políticas educativas;
- supressão do Conselho Federal de Educação, de cunho marcadamente privatista;
- colegiados escolares, eleitos pela comunidade, com o intuito de frear arbitrariedades perpetradas pela administração do sistema e da escola.

Algumas dessas reivindicações foram incorporadas pela Constituição de 1988, mesmo que o clima da constituinte fosse norteadas pelos conflitos e interesses da velha política militar, que desejava fazer um processo de transição que não se modificasse a ordem vigente, como nos aponta Fernandes (2014). Porém, mesmo sabendo que a gestão democrática foi tomada como posição inédita no Brasil, segundo relato de Minto (2006). Porém, o rumo da gestão democrática se torna complexo e privatizante nas agendas dos governos, pautada principalmente pelos empresários anos 1990 e 2000, como veremos na discussão sobre o gerencialismo na gestão pública.

Outro fato importante de ser ressaltada é a concepção que difere a passagem da administração escolar para a gestão educacional, não apenas como estrutura organizacional, mas como mudança na política e cultura escolar, compreendida por Minto (2006, p. 150) da seguinte forma:

Vale lembrar também que a própria legislação educacional brasileira passou a incorporar neste momento histórico, um novo tratamento de linguagem, que substituiu a palavra administração pela palavra gestão. Embora existam diferentes interpretações sobre esse significado, é importante verificar o caráter deliberado com que se produz essa mudança, o que parece indicar a vontade de produzir uma separação entre os aspectos políticos e os aspectos técnicos da gestão/administração escolar. Neste caso, a idéia de “gestão” surge como pressuposto de uma gestão técnica da educação, isto é, desvinculada de seu caráter político e orientada exclusivamente pelos critérios econômicos da gestão, quais sejam, gestão de receitas e despesas, redução dos custos, aumento da proporção entre alunos e professores, entre outros. Em outras palavras, o uso do termo “gestão” parece indicar uma separação entre os atos de concepção e execução das atividades relativas à administração escolar, de modo que o “gestor” seja encarregado apenas da parte executiva de determinações hierarquicamente superiores advindas dos responsáveis pela tomada de decisões (uma espécie de “receita pronta” para a gestão de todo o sistema educacional), ao invés de ser, ele próprio, um participante ativo nos processos decisórios, sendo capaz de decidir sobre questões como a natureza pedagógica e os interesses específicos de cada unidade escolar.

Ao considerar esses aspectos apontados por Minto, podemos dizer que houve uma deturpação do que seria a concepção de uma gestão democrática e participativa da comunidade educacional, em que a comunidade escolar (pais, professores, alunos gestores escolares e demais categorias dos profissionais da educação) pudesse participar e construir um trabalho coletivo em prol de gestão educacional e dos mecanismos de controle social dos entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), como por exemplo, os conselhos escolares locais, os municipais, os estaduais e o nacional ou mesmo os de controle social dos recursos financeiros ligados ao financiamento da

educação que deveriam ser criados após aprovação da Constituição de 1988 e da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996).

Em relação, ainda, sobre a gestão democrática, outro fator deixado de lado pela constituinte foi a definição do que seria “democrática”, deixando a cargo da LDB a sua definição, mas que também não trouxe tantos elementos para o seu significado de acordo com os interesses dos movimentos em defesa da escola pública e outros movimentos sociais, segundo Minto (2006). A gestão democrática foi sendo cooptada pelas políticas neoliberais da reforma do Estado nos anos 1990, cuja compreensão passou a ser o de “fiscalização”, redução e racionalização dos recursos públicos, descentralização, avaliação, produtividade, eficiência, qualidade total, individualismo, ou seja, um emaranhado de concepções e teorias juntas e misturadas: a pedagogia das competências e a administração de negócios/ economia empresarial, destrinchadas por Minto (2006) e Oliveira (2015).

Minto (2006) e Lombardi (2006) citam que a situação referente ao diretor de escola não teve avanço nas legislações criadas e com isso, a proposta popular, de eleição passou a ser descaracterizada, abrindo espaço para a indicação comissionada da função na maioria dos entes federados.

Lombardi (2006) cita duas matérias jornalísticas da Folha de São Paulo, todas de 2005, a primeira denominada “Sistemas necessitam de ajustes”, cuja explanação questiona a eleição e o concurso para diretores, os quais segundo a notícia não garantiriam a gestão democrática, mas não cita os problemas causados a equipe escolar com a indicação política comissionada de profissionais para esse cargo. A segunda reportagem citada por Lombardi (2006) foi divulgada pelo Portal Aprendiz da UOL/Folha de São Paulo, intitulada “Boa gestão melhora nota de aluno”, trata-se de resultado de testes/avaliação aplicados para estudantes de escolas públicas de São Paulo e Santa Catarina, em que os gestores realizaram um curso de formação promovido pelo Instituto de Gestão Educacional da Fundação Lemann com o Instituto Protagonistés, como resultado apontam que a diferença na educação se daria pelo papel de líder assumido pelo diretor escolar. Pela forma que a notícia foi publicada se ignorou todo o processo histórico das escolas, perfis da comunidade escolar, condições materiais e infra-estruturais, muito menos foi mencionado o perfil dos diretores (concurados, comissionados ou eleitos), apenas as escolas foram niveladas por um teste de português, o qual podemos

compreender que se tratava de uma culpabilização do fracasso escolar na “conta” dos diretores.

A partir desses dados midiáticos citados por Lombardi (2006) podemos estabelecer um diálogo com Paro (1995), quando traz a análise do “diretor enquanto gerente” em suas pesquisas da Tese de Livre-Docência, o pesquisador analisou as falas de diretoras de escolas, cujas questões apontadas são as mesmas relatadas por Rosar (2012), Minto (2006), Oliveira (2015) e Paro (2011): pressão estatal, burocratização, negligência do poder público, formação e titulação, cargo comissionado etc., dilemas que muitas vezes são considerados fatores que limitam a escola/educação de se tornar um espaço coletivo, participativo, cuja função social se torna precária diante da comunidade educacional.

Para Paro (2011, p. 21) a escola tem papel peculiar que pode ser entendida da seguinte forma:

A escola é onde se formam humanos, como seres históricos. Sua administração não se confunde com a de outra empresa qualquer. Aí os recursos são operados por sujeitos (humano-históricos), na produção de sujeitos (humano-históricos) que, no processo de produção, são ao mesmo tempo objeto de trabalho (porque são eles que se transformam no produto) e sujeitos (autores) de sua produção. Sem levar em conta essa especificidade da unidade produtiva chamada escola, não é possível realizar uma administração escolar que contribua para sua realização.

Oliveira (2015) ao olhar esse panorama educacional apontado por Paro (2011) da impossibilidade de uma relação organizacional aos moldes de escola-empresa ou educação empresarial pode ser analisada a partir das tomadas de decisão dos Governos da Nova República, no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a tentativa de implementação da agenda neoliberal, a partir de ajustes fiscais que tornariam o Estado enxuto, como “Estado mínimo), mas também a partir da inserção do Movimento empresarial “Todos pela Educação³”, nos Governos Lula e Dilma, pautando as políticas educacionais a partir da:

[...] percebe-se que tais grupos empresariais, valendo-se da possibilidade de uma reconfiguração do espaço público, a partir de sua condição de sujeitos da sociedade civil, cada vez mais ganham espaço na participação dos processos de mudança das políticas sociais. Suas estratégias, essencialmente no que tange ao fomento da filantropia, voluntariado e da responsabilidade social empresarial, se efetivam através de uma ação organizada que ultrapassa o

³ Grupo empresarial composto por: Grupo Gerdau, Votorantim, Metal Leve SA, Grupo Camargo Correa, Suzano Holding AS, AMBEV/INBEV, Grupo Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Citibank, Ambev, Grupo Pão de Açúcar, Grupo D’Paschoal, Grupo Abril, Organizações Globo, Telefônica, Grupo Positivo, Instituto Ayrton Senna, Yázigí Internexus, Grupo Bandeirantes etc.

âmbito da produção e da lucratividade imediata. Ademais, tais grupos procuram influenciar em outras áreas, como o poder político institucional e a sociedade como um todo, através de pactos com outros segmentos de classes ou setores sociais. (MARTINS, 2016, p. 12)

Segundo Oliveira (2015) e Martins (2016), esses grupos empresariais pautaram as agendas de governo Lula e Dilma e também no Governo Temer, modificando e alternando os grupos empresariais na liderança desde 2016, com a participação do Grupo Lemann comandando o Movimento pela Base, cuja perspectiva era pautar a nova reformulação da divisão do trabalho no país com a contra-reforma da educação básica e da implementação autoritária da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Antes de compreender as ações do “Projeto Formar”, vale destacar as concepções de gerencialismo, teoria criada na Grã-Bretanha, implementada pela Primeira Ministra Margareth Thatcher e depois pelo Presidente dos Estados Unidos (EUA) Ronald Reagan, expandindo-se para Austrália e Nova Zelândia. No Brasil teve grande aceitação pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE) Bresser Pereira, no Governo de FHC. Oliveira (2015, p. 630) aborda as questões do gerencialismo da seguinte forma:

“[...] o *Managerialism* definido como um conjunto de ideias e crenças que toma como valores máximos a própria gerência, o objetivo de aumento constante da produtividade e a orientação ao consumidor”. (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 32) A transposição do modelo para a realidade brasileira como administração pública gerencial foi defendida como uma mudança de estratégia na gerência, posta em prática por uma estrutura administrativa reformada. Os argumentos defendidos por Bresser-Pereira (1999, p. 33), Ministro da Reforma do Estado à época, foram assim expostos: “[...] a ideia geral é descentralizar, delegar autoridade. Mas é preciso ser específico, definir claramente os setores que o Estado opera, as competências e as modalidades de administração mais adequadas a cada setor [...]”.

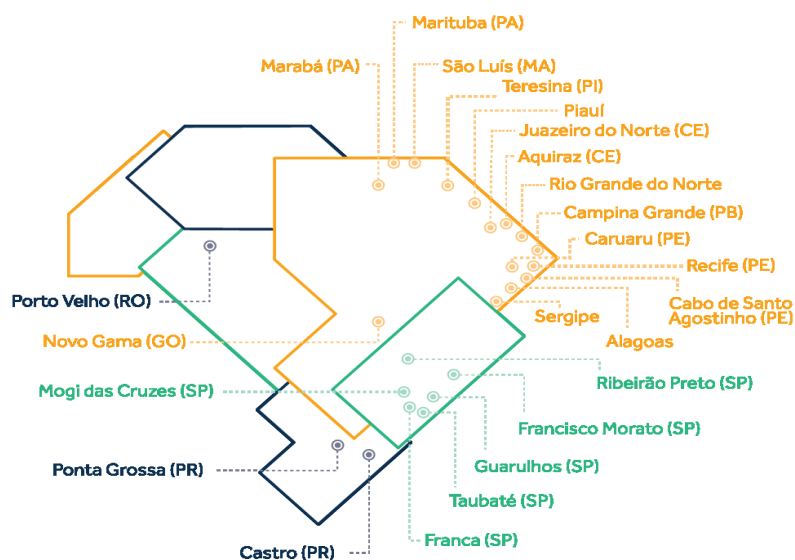
A partir desses apontamentos de Oliveira (2015), podemos compreender o Projeto Formar da Fundação Lemann, no que tange a formação dos gestores municipais e gestores escolares, está em desenvolvimento há dezessete anos no Brasil, cujo objetivo é formalizar parcerias com os sistemas públicos ensino e gerenciar as ações e políticas adotadas pelas Secretarias de Educação (esferas municipais e estaduais). Esse programa já teve outra denominação: “Programa Gestão para a Aprendizagem (GAP)”, o qual é desenvolvido pela “Elos Educacional”, empresa de “consultoria em gestão escolar e formação de professores” (ELOS EDUCACIONAL, s.d., s.p.) também pertencente ao Grupo Lemann e outras empresas parceiras como a Nova Escola, Itaú BBA, Banco Mundial, Kroton Educacional, entre outros.

As ações do “Programa Formar” se embasa em teorias conservadoras e neoliberais, como a Pedagogia das Competências que foca na formação como principal eixo norteador e na gestão da qualidade total (planejamento estratégico e gestão por resultados) muito utilizada nas empresas, como citaram Minto (2006) e Oliveira (2015). Essa teoria visa a formação de um tipo de cidadão voltado aos interesses do mercado. Frigotto e Ciavatta (2003, p. 52) alertam que “[...] O ideário pedagógico vai afirmar as noções de polivalência, qualidade total, habilidades, competências e empregabilidade do cidadão produtivo (um trabalhador que maximize a produtividade) sendo um cidadão mínimo”. Desde meados da década de 1980, essa teoria empresarial parasita e vem ganhando espaço na educação pública estatal brasileira.

O “Programa Formar” está sendo implementado em dois projetos: o “Gestão para a Aprendizagem” (GAP), presente em em vinte e quatro (24) redes de ensino municipais e estaduais, atuando nas escolas com a formação de gestores, coordenação e professores, fazendo alinhamento de metas junto as equipes e fomentando a figura do gestor como liderança estratégica para fomentar o plano de ação; e o projeto “Gestão de Redes”, atualmente, com ações de formação para Supervisores de Ensino em onze (11) Secretarias de Educação (entre municipais e estaduais). A formação dos supervisores é focada em resultados e esses projetos prometem às Secretárias de Educação: melhores estratégias para uso de dados educacionais, acompanhamento do trabalho pedagógico das escolas, melhorar a formação da gestão escolar e desenvolver competências profissionais (ELOS EdUCACIONAL, 2019, s/p).

Na figura 1 podemos observar a atuação da Fundação Lemann a partir da atuação do Projeto GAP no “Programa Formar”:

FIGURA 1: Atuação do Projeto GAP/Fundação Lemann nas redes públicas de ensino



Fonte: Quem faz Parte. Site da Fundação Lemann, 2019.

Com enfoques nas políticas educacionais (gestão das redes públicas, apoiam a “revisão curricular, avaliações, formações de professores e acompanhamento pedagógico”), formação continuada em serviço (professores, gestores, técnicos das Secretarias de Educação), e Conectividade e Informação (uso de tecnologias). (FUNDAÇÃO LEMANN, 2019, s/p). A Fundação acredita que mudará a realidade da educação brasileira e alcançará números significativos nas avaliações externas realizadas pelos sistemas de ensino, tais como: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e *Programme for International Student Assessment* (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA).

Como podemos observar, o desenvolvimento das atividades da Fundação Lemann nas redes de ensino, trazem em seu bojo fortemente o gerencialismo e a gestão por resultados, com foco na formação das redes de ensino, interferindo nas ações, projetos educacionais realizados nas escolas, o que vai de encontro com as análises dos pesquisadores anteriormente citados, por exemplo: a partir da contribuição de Paro (2011) podemos dizer que há um impasse na compreensão histórica da Pedagogia das Competências e no atrelamento da educação escolar como administração empresarial, pois a mesma não comporta toda a vivacidade da diversidade educacional existente no país, se colocando contrário as históricas bandeiras de primam pela autonomia do espaço

escolar e pela pluralidade de ideias. A escola pública estatal está no “olho do furacão”, com tantos interesses empresariais que a rodeiam.

3- Considerações finais:

A partir do desenvolvimento desse trabalho, ratificando que ainda está em andamento, podemos perceber que os grupos empresariais, em particular, o Grupo Lemann avança de forma estrondosa no campo educacional, com perspectivas avassaladoras do desmonte da coisa pública, uma vez que já se torna complexo observar a linha tênue da coisa pública e do setor privado.

Concorda-se com Martins (2016), quando diz que grupos empresariais demandam e “mandam” em ações institucionais, em várias das esferas municipais, estaduais e União, “comandando” as atuais políticas públicas do país, talvez uma chave de análise que possa auxiliar nesse momento em pensar como defender a educação pública estatal com financiamento público, seja a partir do pensamento de Lombardi (2006, p. 15) quando nos diz:

Acredito ser necessário, sempre, deixarmos claro o lugar (social, político e epistemológico) de onde estamos falando e de onde estamos pesquisando. Pessoalmente, sou partidário de uma concepção de filosofia, de ciência e de história que rejeita partir daquilo que os homens dizem ou pensam, e que defende o desvelamento das condições reais e objetivas de suas vidas. As idéias e o pensamento são produto da existência dos homens, são expressão das suas relações e atividades reais e são estabelecidas no processo de produção de sua existência. As idéias expressam o que os homens fazem, sua maneira de viver, suas relações com outros homens e com o mundo que os circunda. A produção de idéias, de representações e da consciência está diretamente ligada à produção da vida material dos homens. É isso o que expressa a conhecida passagem da obra marxiana e engelsiana de que: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX E ENGELS apud LOMBARDI, 2006, p. 15).

Os clássicos marxistas ainda tem muito a nos ensinar na análise da realidade concreta, com todas as contradições possíveis nas relações sociais e de divisão de trabalho que se apresentem. O gerencialismo vem tomando força nos sistemas públicos, especialmente, na área estratégica da educação que é gestão pública, porém esse processo não ocorre sem os conflitos que a educação apresenta cotidianamente e finalizamos com Lombardi (2006):

No que se refere à questão específica da administração escolar, o entendimento contextualizado de nossa educação, a partir do referencial teórico explicitado, possibilita compreender como ela foi se constituindo e se transformando ao longo da história da educação brasileira, em função das transformações provocadas na sociedade em cada período histórico. Ou seja, permite perceber que a escola que temos hoje não é eterna, abstrata, a-histórica, atemporal, mas,

sim, produto da ação humana concreta e objetivamente determinada pela forma como se articula e se relaciona as diversas forças políticas presentes em cada período histórico; que, portanto, como qualquer outra instância da vida e da sociedade, ela se transforma permanentemente, sendo nós, seres humanos, os agentes dessa transformação; que, finalmente, partindo da escola que temos, aprendemos com a história que é possível construir uma OUTRA ESCOLA, articulando-a mais coerentemente com um projeto político-pedagógico que vise a fazer da instituição escolar um instrumento de construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Eis o desafio e que se impõe a todo cidadão, porém, com maior responsabilidade àqueles que atuam profissionalmente na área educacional e, dentre estes, mais ainda aos gestores escolares, por seu papel de liderança e de aglutinação dos demais segmentos participantes da vida da escola. Trata-se, certamente, de um desafio ao mesmo tempo político e pedagógico do qual não é possível ao gestor se esquivar, visto ser inerente ao cargo por ele exercido, e cujo enfrentamento, uma vez assumido verdadeiramente, permitirá que se concretize toda a relevância social do papel que lhe cabe no interior da instituição escolar. (LOMBARDI, 2006, p. 18)

Referências

- ELOS EDUCACIONAL. **Formações**. São Paulo: [s.d]. Disponível em: <https://www.eloseducacional.com/formacoes>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Saúde e Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1. mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- FERNANDES, Florestan. Pacto social e desmobilização. In: FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Sistemas necessitam de ajustes**. Cotidiano. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1809200512.htm>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. **Formar**. São Paulo: [s.d]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/projetos/formar>. Acesso em 15 mar. 2019.
- LOMBARDI, José C. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 11-19, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art3_22e.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.
- MARTINS, Erika M. **Todos pela educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- MINTO, Lalo W. Administração escolar no contexto da Nova República (1984...). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 140-165, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art10_22e.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

OLIVEIRA, Dalila A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00625.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PARO, Vitor H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. A importância dos clássicos da Pedagogia para a administração escolar. In: PARO, Vitor H. *et. al.* (Org.). **Administração escolar à luz dos clássicos da Pedagogia**. São Paulo: Xamã, 2011.

ROSAR, Maria de F. F. **Administração Escolar: um problema educativo ou empresarial?** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação contemporânea)

SAVIANI, Dermeval (1984). Prefácio. In: ROSAR, Maria de F. F. **Administração Escolar: um problema educativo ou empresarial?** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação contemporânea)

PORTAL O APRENDIZ. **Boa gestão melhora nota de aluno**. 2005. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/content/boa-gestao-melhora-nota-de-aluno>. Acesso em: 25 jan. 2019.